

Educação e Universidades

Contribuição 1

1) A Protocolização na Agencia Nacional de Saúde (ANS). “Do servidor com doença ou expectativa de direito ao horário especial”.

Sendo o trabalho, sem prejuízo/redução da sua remuneração, independente de compensação de horário, sem obrigação de hora extra”. **A Protocolização na Agencia Nacional de Saúde (ANS). “Fazendo á solicitação do servidor da “da USP direta”.**

O servidor com doença ou portador de deficiência tem o direito á solicitar horário especial de trabalho sem prejuízo/redução da sua remuneração, independente de compensação de horário, sem obrigações de hora extra. A redução de jornada é um direito como outros direitos que o servidor pode pleitear a qualquer tempo. O fato é de que a USP, escolhe a validade da Comorbidade e se aceita o pedido. **O SINDICATO sendo o substituto Jurídico do Servidor na Universidade de São Paulo em qualquer “GRAU” administrativo.** Nada mais justo de que o Sindicato seja a parte deste solicitante do pedido ao trabalhador (á Jornada do agente Público em razão de Comorbidade de saúde ou debilidade física) **“lei 13.370, criada em 2016”.**

A Comorbidade é toda doença, condição ou estado FISICO e MENTAL que em razão funcional, pode Potencializar os riscos à Saúde.

Assina:

Carlos Alberto Pereira Bezerra. CDB RIBEIRÃO PRETO

Contribuição 2

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS” EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Educação não é mercadoria. Educação é pilar essencial para o desenvolvimento do país e combate à pobreza e miséria, mas mesmo assim, governos federais, estaduais e municipais, destroem a educação, fator que pesa no Índice de Desenvolvimento Humano, e fez com que o Brasil, caísse 2 posições em ranking da ONU, ficando em 89º. lugar entre 193 nações.

Em São Paulo, o governo continua a destruição da educação, oriundo de outros governos, com um Secretário da Educação, grande empresário de equipamentos tecnológicos de informática, sucateando toda rede estadual paulista, fechando postos de trabalho e desvalorização dos professores, substituindo livros por computadores e celulares em números insuficientes para os estudantes.

Existem estudantes amontoados em salas superlotadas, sem professores, enquanto milhares deles estão desempregados.

O Secretário de Educação promoveu um caos na distribuição de aulas, este ano, com o encerramento de 50 mil contratos, cortando salários e submetendo-os a categoria O, que hoje já são 100 mil professores (as), permanecendo com contratos precários e irregulares. **A LUTA PELO EMPREGO**, com condições dignas de trabalho é parte da luta por uma **EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, GRATUITA E LAICA** para a classe trabalhadora.

Os professores estão mobilizados na ALESP e Manifestações, e estão com uma Assembleia dos Professores, para o dia 26/04/2024, com indicativo de GREVE.

Contra o Projeto Privatista e Militarista de Tarcísio para a educação;

Por atribuição Justa e transparente de aulas;

Em defesa dos empregos, salários e direitos;

Em Defesa dos Empregos Públicos.

Estabilidade e efetivação JÁ;

Nenhum professor sem aula, nenhum estudante sem professor.

Defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Contra o corte de verbas na Educação através da PEC 9/2023 que reduz a destinação mínima de recursos para a educação determinada pela Constituição Estadual de 1989, de 30% da receita de impostos para apenas 25% para a Educação.

Contra a Reforma Administrativa de Tarcísio, através do PLC 138/2023.

Fora Feder!!!!

UNIVERSIDADE

As universidades estaduais paulistas sofrem também com ataques desferidos pelo governo Tarcísio contra a educação básica, fundamental e superior, que estão no caminho da Privatização.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Junto com ADUSP e DCE, temos que levantar a bandeira da **Democratização da USP e Eleição Direta para Reitor.**

Sem democratizar a USP não garantiremos as nossas conquistas, como a **AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**, luta difícil e sangrenta, puxadas pelos trabalhadores (as) e não pela burocracia acadêmica.

Os (as) trabalhadores(as) sempre defenderam as Universidades Estaduais, enquanto os reitores se beneficiam da autonomia universitária e outras conquistas, como as **VERBAS PUBLICAS PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS, DE NO MÍNIMO, 9,57% DA ARRECADAÇÃO DO ICMS**, em risco devido a Reforma Tributária que mexe na arrecadação do ICMS.

Foi a luta dos (as) trabalhadores (as) através de grande **GREVE** forte e árdua, que garantimos o emprego de 5.724 empregos públicos para os funcionários da USP, as chamadas “vagas podres”, que retornam agora em 10 processos do Tribunal de Contas novamente. **NÃO AS “VAGAS PODRES”**.

Foram os (as) trabalhadores (as) que defenderam as Universidades Estaduais Paulistas dos **DECRETOS DE SERRA** que colocava a Autonomia Universitária em risco.

Lutemos Pela AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA e o Fortalecimento do Fórum das Seis.

Hoje corremos risco com Vahan na Secretaria de Ciências e Tecnologia e o reitor negociando por fora do CRUESP com o governo Tarcísio, sem a presença dos outros dois reitores, que poderá enfraquecer a paridade entre as três universidades estaduais, como ocorreu o ano passado e poderá ocorrer este ano, a USP não quer dar aumento salarial. A política da terceirização, cresce vertiginosamente, acabando com os nossos empregos e a política das “migalhas” substituindo o aumento salarial, coloca em risco o FÓRUM DAS SEIS. Assim lutemos pela AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA e pelo fortalecimento do Fórum das Seis nesta Campanha Salarial. (ver pauta do Fórum das Seis).

Para decidirmos a política e os nossos métodos de Lutas na USP, será necessário no Congresso nos debruçarmos sobre cinco plataformas, que estão definindo e definirão os rumos da Universidade e a nossa sobrevivência ou não nela.

Estas Plataformas são:

- 1) **Marco Legal da Ciência – autoriza convênios com empresas.**
- 2) **Terceirização e Privatização – A terceirização através das Fundações já levou um Patrimônio Público da Humanidade da USP, que foi o HRAC, que hoje vem sendo governado pela FAEPA, com conflitos trabalhistas entre funcionários da USP e Fundação, Assédio Moral e a competitividade entre os trabalhadores da USP para ocuparem as 86 vagas na criação da Faculdade de Medicina, sendo 58 servidores técnicos administrativos de nível técnico e 28 de nível superior.
Contratação de docentes será baseada nas perdas de servidores técnicos administrativos do ano anterior. Contratação de funcionários para esta Faculdade de Medicina, só através de Fundações.**

DEFESA INTRANSIGENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO que ainda não foi desvinculado, mas sobrevive sem funcionários, sem médicos e o atendimento vem perdendo qualidade no atendimento de pacientes e ensino. O assédio moral está em todas as áreas. Fundações e Organizações Sociais rondam o hospital, mas os trabalhadores não acreditam e seguem no trabalho árduo sem saberem que o “inferno no trabalho” tende a piorar com estes entes privatizantes.

DEFESA do CSEB.

- 3) **Plano de Sustentabilidade Econômica da USP – equacionamento de números de funcionários com número de docentes e implantação dos organogramas mínimos nas unidades.**
- 4) **A tecnologia avança junto com a terceirização e os convênios. Só o DRH tem 4 empresas conectadas a ele.**

TELETRABALHO

O Teletrabalho é reivindicação de uma parcela da categoria. Tema polêmico e incompreensível que retira postos e funções no trabalho, sobrecarregando o trabalhador que aderir a ele. O Teletrabalho não é só ficar

em casa na frente do computador e pronto. O Teletrabalho é uma forma de trabalho já regulamentado que exige normas e regras e normalmente metas de produtividade. Foi um Tema pouco debatido e aprofundado, com a categoria, porém desde já nos colocamos **CONTRA O TELETRABALHO.**

5) Contratação de Funcionários.

Devemos exigir contratações de funcionários e sermos contra as demissões, através de processos administrativos e novas avaliações de Carreira.

A implementação destas plataformas pela reitoria determinará: salários, valorização ou desvalorização, Carreira, Condições de Trabalho, Saúde e desvinculação ou não do HU, Creches, Restaurantes, Escola de Aplicação, Centro de Saúde Escola, Hospital Veterinário, Museus, Orquestra).

O SESMT já está sendo terceirizado. Trabalhamos em péssimas condições de trabalho, sem receber insalubridade e periculosidade, sem os exames periódicos, ASOS e PPP.

PELA DEFESA DO SESMT COM POLÍTICAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR!

PELA NÃO DESVINCULAÇÃO DAS CRECHES DA USP!

PELA NÃO TERCEIRIZAÇÃO DO RESTAURANTE CENTRAL!

POR UMA CARREIRA DIGNA E DE VERDADE, SEM AVALIAÇÕES PARA DEMISSÕES!

POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE, PARA OS FILHOS DOS TRABALHADORES!

PELA DEFESA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO E DA SUA MERENDA ESCOLAR!

PELA DEFESA DA GUARDA UNIVERSITÁRIA E FORA POLICIA MILITAR!

IMPLEMENTAÇÃO URGENTE DE POLITICAS DE SAÚDE MENTAL PARA OS FUNCIONÁRIOS

Hoje o Brasil, encontra-se no 53º.lugar no Ranking dos países, com grandes índices de problemas de Saúde Mental, por falta de psiquiatras, psicólogos, principalmente nas escolas e políticas públicas que atendam a demanda de milhões de brasileiros portadores de doenças mentais, com psicoses graves. A USP adocece, mas não trata.

CARREIRA

A carreira apresentada pela reitoria, não se trata de Carreira, mas de um processo de avaliação, baseado em Plano de Desenvolvimento Individual (como será e para quem será), sem Progressão, com objetivo de cobrança de metas de aprimoramento e desempenho, visando selecionar grupos considerados “equipe de excelências” e filtrar outros que não se enquadram no padrão por eles desejados, visto que, a USP tem se destacado no ranking das melhores universidades mundiais e a atuação e qualificação da mão de obra é fundamental para tal resultado. O objetivo é selecionar para depois excluir, quem não atinge as metas e resultados.

POR UMA CARREIRA DIGNA, QUE DIGNIFIQUE E VALORIZE OS TRABALHADORES.

Assina:

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

Contribuição 3

Comunistas Revolucionários

Educação e Universidades

A universidade é uma bolha de conhecimento num mundo que despreza cada vez mais qualquer tipo de elaboração intelectual mais complexa, em razão disso, as universidades correm o risco iminente de serem tragadas – e já estão sendo – pela estultice generalizada que corrói a sociedade. É preciso transformar a sociedade inteira para dar vitalidade ao conhecimento e à universidade, para impedir que ela se torne um mero instrumento econômico dos grandes conglomerados.

A vinculação do ensino aos expedientes básicos do mundo do trabalho, desprezando elaborações teóricas e críticas e compartimentando o conhecimento *ad infinitum*, tem ganho adeptos entre a população, alijada ela mesma de qualquer experiência concreta com atividades intelectuais mais profundas e abstratas e com os produtos que elas oferecem. É preciso reconhecer e combater os vícios que tornam possível uma dissociação tão aguda entre a atividade teórica e a vida prática das pessoas.

Uma tarefa tão grande quanto a reestruturação do ensino e das formas de lidar com a atividade intelectual só pode ser bem-sucedida apelando para o sentimento comum de quem observa as transformações decorrentes da atividade intelectual e não as reconhece. Mesmo no interior da universidade as atividades reflexivas sobre o conhecimento estão limitadas a algumas poucas áreas, sobretudo da pedagogia e da filosofia, galvanizando um sentimento de que é possível passar sem a teoria e desenvolver habilidades práticas compatíveis com os desafios e exigências do mundo moderno.

Não se pode passar sem a compreensão da unidade lógica que perpassa todo o conhecimento, sem a capacidade unificadora e sistematizadora da filosofia que, reconhecendo e identificando as particularidades de cada objeto ou fenômeno observado, reconstitui permanentemente o enunciado das regularidades presentes na natureza e antecipa as possibilidades contidas no interior de cada estrutura. É preciso demonstrar que a futurologia (ou a construção rigorosa das possibilidades futuras de desenvolvimento da ciência) é impulsionada pela relação entre observação empírica e reconstrução ideal dos movimentos possíveis do objeto, da História, da célula, etc., e que a função da ciência é, mais do que preservar o presente, inventar o futuro.

Essas considerações se fazem necessárias, porque são elas que permitem localizar a disputa intrínseca à produção e difusão do conhecimento que atingem o cerne das universidades públicas, que ameaçam a sua própria existência e comprometem a adequada definição das suas funções.

Todos os homens devem ser exortados a exercer e a eles deve ser oferecida oportunidade de exercer, simultaneamente e por toda a vida, atividades intelectuais e mecânico-laborais. A divisão do trabalho que mecaniza e brutaliza o homem não pode reconhecer na intelectualidade senão o gozo de uma faculdade negada à maioria.

A universalização do acesso ao ensino superior é uma das bandeiras mais sensíveis para a defesa da própria universidade, assim como a da independência e autonomia intelectuais, que só podem ser verdadeiramente consideradas sob o prisma da independência financeira dos intelectuais, das garantias a que o conhecimento que produzam não possa ser vendido ou negociado em nenhuma esfera.

Defender a Universidade Pública no capitalismo é a única maneira de garantir que haja um centro de avaliação crítica da própria sociedade capitalista, mas esse centro crítico deve mostrar-se capaz de interagir com o conjunto da população de maneira ativa para que esse conhecimento não se torne mais um souvenir das classes médias do que um instrumento útil para o desenvolvimento de todos.

Uma integração maior da universidade pública com a rede pública de ensino básico, tão necessária para o desenvolvimento integrado do conhecimento, não é tarefa exclusiva do Estado ou das agências de fomento, mas também uma política que pode ser induzida pelas reitorias e pesquisadores da universidade e quem tem sido negligenciada constantemente. As atividades de extensão, que poderiam ajudar a cumprir

essa tarefa, são desprezadas pela maior parte dos professores e diretores de unidades de ensino, os laboratórios de licenciatura vivem vazios. O esvaziamento da função social e pública da universidade é um dos vetores que deslocam a opinião pública no sentido de desprezar o ensino superior e defender seu sucateamento.

Assinam:

Luiz Felipe Lisboa Mattos (FFLCH)

Idalina Fátima de Vale Nogueira (IP)

Contribuição 4

Educação e Universidade

PROGRAMA DE LUTA PARA OS TRABALHADORES DA USP

É impossível listar aqui todas as reivindicações que nosso sindicato deve defender. Somos uma categoria diversificada, e além disso, temos um histórico de lutas e conquistas, mas também acumulamos muitas pautas que não foram conquistadas ao longo dos anos.

Destacaremos as reivindicações que consideramos mais importantes para a nossa categoria hoje em dia, aquelas que podem unir todos os trabalhadores da USP numa mesma luta em defesa dos empregos, salários e direitos conquistados. Essas reivindicações formam um novo programa para a categoria, que busca avançar e romper de vez com a lógica tradicional do sindicalismo brasileiro.

NÃO AO AUMENTO DA JORNADA DE TRABALHO!

Demissões em massa, anos sem contratação e avanço da terceirização estão fazendo com que na prática todos tenhamos que trabalhar mais, além de termos que pagar horas ou trabalhar em pontes e recessos, dias que a universidade não funcionaria de qualquer forma. Enquanto isso os docentes não precisam pagar nada!

Com o ponto eletrônico e o banco de horas, na prática nossa jornada de trabalho aumentou para muito mais de 40h semanais, sofremos mais assédio e perseguições das chefias, estamos cada vez mais exaustos e sobrecarregados, adoecendo mais e ficando menos com nossas famílias.

Abono das pontes e do recesso já! Abaixo o ponto eletrônico! Pelo fim do Banco de Horas!

EM DEFESA DAS NOSSAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA!

Nos últimos anos temos sofrido com a destruição dos nossos locais de trabalho, falta de funcionários, levando a acúmulo de trabalho e maior pressão das chefias, vigilância e assédio, ponto eletrônico, normas sem sentido do DRH, jornadas de trabalho mais longas. Precisamos frear essa situação nos organizando em cada local de trabalho!

Por mais que resistamos em cada local, a pressão sobre o nosso trabalho não vai parar de aumentar enquanto não conquistarmos a **abertura de concurso público para toda a USP, pelo menos para reposição dos postos de trabalho perdidos com os PIDVs, e em todos os níveis (básico, técnico e superior). A política de contratação da atual gestão é irrisória e não vai reverter o quadro de perda de postos de trabalho!**

Além disso ainda sofremos com o arrocho salarial. Mês a mês nossos salários e vales desvalorizam. Não podemos mais aceitar nenhum centavo a menos no nosso bolso. **Chega de arrocho: Reajuste mensal dos salários de acordo com o aumento dos preços!**

CONTRA OS CORTES DE VERBA, A PRIVATIZAÇÃO E A TERCEIRIZAÇÃO!

Apesar de um caixa bilionário, paira sempre o discurso de cortes e austeridade, especialmente com os riscos no financiamento que virão com a reforma tributária. Isso demonstra que com dinheiro em caixa ou sem, a política da burocracia é sempre a mesma, atacar nossas condições de vida e de trabalho. Por isso, é preciso começar por cortar os privilégios dos políticos e da alta burocracia uspiana e também da farra das empresas privadas e fundações que parasitam a USP. Hoje, a disputa que devemos fazer é sobre a transparência do orçamento universitário e como ele é gasto, unindo-nos com toda a população trabalhadora para barrar os cortes de verba nos serviços públicos e questionar como o dinheiro é gasto.

Pra piorar, com o desmonte e a quase paralisia nas contratações, a farra das empresas privadas se dá através da terceirização dos nossos postos de trabalho. Os terceirizados ganham menos, são mais assediados e não tem os mesmos direitos que os efetivos. São superexplorados para enriquecer os empresários contratados pela universidade, muitas vezes ligados, ou sendo eles mesmos, professores do alto escalão.

Além de barrar o avanço da terceirização, temos que defender os terceirizados, buscando estender os direitos e a proteção dos efetivos a eles em cada local de trabalho. Defender todos os que já trabalham e fazem a universidade funcionar, até a conquista da efetivação sem concurso público de todos os atuais terceirizados da USP!

ABAIXO COM OS CANALHAS, PODER PRA QUEM TRABALHA!

Assim como a burocracia e os empresários têm suas organizações, nós temos as nossas: o sindicato, as reuniões de unidade, assembleias, o comando de greve e nossa central sindical e popular. Nossas organizações são a real oposição à estrutura de poder universitária, e é a partir delas que podemos lutar pelo controle da universidade e frear o autoritarismo da reitoria!

A cada ato e paralisação, a cada greve e a cada piquete, se coloca a seguinte questão, quem manda na universidade (e no país)? A minoria de parasitas de dentro de seus gabinetes, com todos seus aparatos jurídicos e policiais para se protegerem, ou a maioria organizada, os milhares de homens e mulheres que fazem a universidade e o país funcionarem?

UMA SÓ CLASSE, UMA SÓ LUTA!

Luta contra as opressões e auto-organização

Negros, indígenas, mulheres e LGBTs, os setores oprimidos da nossa categoria, são os mais afetados pelos ataques. A discriminação e violência sofrida por esses grupos se soma à exploração capitalista, rebaixando ainda mais suas condições de sobrevivência. Devemos defender e apoiar a luta pelos direitos democráticos destes setores, garantir espaço e voz de destaque para eles na nossa entidade e nos nossos fóruns, além de manter e aprimorar as condições para a auto-organização desses setores, tanto no sindicato, quanto em seus locais de trabalho.

Aliança com os estudantes: em defesa das condições de estudo e permanência

A USP tem sido desmontada e sucateada e as condições de estudo, sobretudo nos cursos e unidades menos ligados ao mercado. Permanência é uma das principais lutas do movimento estudantil e o sindicato deve continuar apoiando essa luta junto com os estudantes, sobretudo os oriundos da classe trabalhadora, combatendo o caráter elitista da universidade.

Contra os ataques dos governos e dos patrões! Abaixo a exploração capitalista!

Os nossos problemas são os mesmos da nossa classe, precisamos por meio deste programa e em cada oportunidade combater o corporativismo e ajudar a avançar a consciência de classe dos nossos colegas contra a exploração capitalista em apoio às demais categorias de trabalhadores, sobretudo à classe operária em luta.

Sozinhos, lutando “só pelo nosso”, nós somos muito fracos. Os nossos inimigos mais imediatos estão aqui nos palácios da universidade, mas os nossos principais aliados estão lá fora, trabalhando e resistindo, como nós.

“TRABALHADORES DE TODO MUNDO, UNI-VOS!”

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

Assinam:

Amanda Ferreira (ECA), Felipe Cavalheri (SESMT), Felipe Sunaitis (FFLCH), Gustavo Carneiro (IP), João Borghi (FFLCH), Reinaldo Souza (FE)

Contribuição 5

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Combater o desmonte e a privatização da Educação e das universidades. Em defesa da Educação pública! Por uma universidade à serviço dos trabalhadores e da população pobre!

Considerando que:

No contexto de crise econômica, os capitalistas avançam ainda mais para submeter a educação à lógica privatista, colocando o ensino e a pesquisa a serviço dos lucros de empresários, banqueiros e industriais e da perpetuação da opressão. Os ataques do governo Bolsonaro à educação aceleraram o sucateamento de universidades federais, além de ataques à pesquisa com cortes de verbas que deixaram milhares de pesquisadores e estudantes sem bolsas. Nos anos de governo do PT foram aprovados projetos como o Prouni e o Reuni que fizeram da educação superior privada um nicho ainda mais lucrativo para os empresários da educação e durante o governo Dilma foi aprovado o Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação atrelando diretamente as pesquisas às necessidades do mercado. O governo Lula-Alckmin não revogou os cortes à Educação feitos durante os governos Temer e Bolsonaro e aprovaram novos cortes que somam R\$ 3,2 bilhões, além de aprovarem o Arcabouço Fiscal, tudo isso para garantir o pagamento da dívida pública. O Novo Ensino Médio, é uma política bolsonarista que segue sendo levada a frente pelo governo de Lula-Alckmin, impondo a lógica empresarial nas escolas para precarizar ainda mais a educação e perseguir o direito de cátedra dos professores.

Tudo isso se expressa fortemente na onda inicial de greves da educação em curso no momento do fechamento desta tese, protagonizada por nossos companheiros trabalhadores das universidades e institutos federais, e pelos servidores municipais de capitais como São Paulo e Salvador. O arcabouço fiscal de Lula e Haddad obriga o reajuste zero dos servidores federais e isso encoraja e legítima que governos locais de extrema direita, como Tarcísio e Ricardo Nunes, rebaixem ainda mais o reajuste dos funcionalismo estadual e municipal. Por isso as lutas precisam se unificar para lutar juntos contra o arcabouço, o NEM e pelos salários.

Seguindo a cartilha da extrema-direita, em São Paulo, Tarcísio e seu secretário da Educação Ricardo Feder avançam contra os professores, demitindo em massa os professores categoria O, que têm contratos precários, enquanto fortalece medidas repressivas aos professores. Para impor seu projeto de privatização nas universidades estaduais paulistas, Tarcísio escolheu para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Vahan Agopyan, ex-reitor da USP e o responsável por implementar ataques como a desvinculação do HRAC, avanço da terceirização, precarização do trabalho, arrocho salarial, demitir mais de 3 mil funcionários através do PIDV, desmontar os centros de saúde, as prefeituras e as creches e restringir as políticas de permanência estudantil e aprovar, junto com Marco Antonio Zago (atual presidente da Fapesp), em 2017 Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP. Vahan é um dos idealizadores do projeto “USP do futuro”, feito pela consultoria McKinsey, que guia a implementação na USP dos princípios apontados pela lei do Marco Legal da Ciência que servem à proposta de Tarcísio de aproximação da universidade pública ao mercado.

A Reitoria da USP, com Carlos Carlotti e Maria Arminda no comando, faz um discurso de inclusão, diversidade e pertencimento, com concessões parciais que servem para dividir e passivizar os trabalhadores enquanto implementa duros ataques.

O desmonte operado pela reitoria e pela burocracia acadêmica sujeita os trabalhadores efetivos a maiores jornadas de trabalho impostas através do Banco de Horas, assédio moral combinado ao avanço da terceirização. Hoje a USP tem o menor quadro de trabalhadores efetivos desde 1989 e o maior quadro de trabalhadores terceirizados. Seu projeto de “universidade empresarial” separa a universidade e o conhecimento produzido do conjunto da população trabalhadora e da juventude se utilizando de subfinanciamento, modificando as relações de trabalho de professores, pesquisadores e servidores, mudando o caráter do conhecimento, reprimindo quem resiste e dificultando a organização sindical.

Com a reforma tributária de Haddad, o financiamento das universidades, que dependiam até então da arrecadação do ICMS, está em jogo e o CRUESP têm negociado com o governo estadual a portas fechadas uma nova forma de financiamento que resultará em maior entrada de empresas privadas na universidade, avanço da terceirização e em políticas de desmonte de serviços públicos e extensão universitária.

Para lutar contra todos os ataques à Educação e esse projeto privatista, elitista e racista de universidade precisamos apostar no caminho que os trabalhadores da USP mostraram ao longo dos anos: a mobilização e a luta

junto aos estudantes, professores e população defendendo uma educação pública, gratuita e de qualidade e uma universidade à serviço dos interesses da classe trabalhadora e do povo pobre.

Propomos lutar:

1) Contra os cortes à Educação, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela revogação do Arcabouço Fiscal e o Novo Ensino Médio;

2) Em defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade, por mais verbas para a Educação em todos os níveis e por uma universidade a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo pobre;

3) Em defesa das cotas etnico-raciais, rumo ao fim do vestibular. Pela ampliação de vagas e contratação de professores e trabalhadores em todas as universidades. Pela estatização das universidades particulares sem indenização aos empresários da educação;

4) Pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.

5) Por uma Estatuinte Livre e Soberana que discuta democraticamente o funcionamento da Universidade, dissolvendo o CO, e colocando em seu lugar um organismo que governe a universidade realmente democrático, formado pela unidade de trabalhadores efetivos e terceirizados, estudantes e professores, com maioria estudantil.

6) Pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.

7) Abaixo as demissões em massa dos professores categoria O por Tarcísio. Igualdade de salários e direitos e efetivação sem concurso dos professores temporários e precarizados assim como de todos os terceirizados e contratados.

8) Contratação de trabalhadores e professores efetivos para USP! Reincorporação dos trabalhadores dos navios do IO demitidos arbitrariamente pela reitoria com a garantia de todos seus direitos! Igualdade salarial e de direitos para todos os trabalhadores terceirizados e das fundações! BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas! Efetivação de todos os terceirizados sem necessidade de concurso público!

9) Lutar em defesa de todos os lutadores! Pela reintegração de todos os demitidos políticos: Brandão, Alexandre e Givanildo, e a retirada de todos os processos contra os lutadores. Abaixo a perseguição aos estudantes. Fora PM da USP;

10) Em defesa da aliança-operário estudantil! Garantia de verbas para permanência estudantil para atender toda a demanda de moradia, alimentação, creches, bolsas de estudo, salas com computadores, bibliotecas e assistência odontológica e médica para que os estudantes negros e mais pobres possam concluir seus estudos.

11) Ruptura dos convênios da USP com Israel.

Assinam:

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

Contribuição 6

Diferença com contribuição da Diretoria do Sintusp sobre a consigna de Estatuinte

A diretoria do sindicato decidiu encaminhar contribuições sobre o temário do Congresso expressando posições que fossem consensuais entre os membros da atual direção. A princípio, a deliberação era de apresentarmos contribuições unificadas de temas consensuais, e aquilo que não fosse consenso cada indivíduo ou grupo poderiam apresentar suas próprias posições.

No entanto, no momento da aprovação final das contribuições, apresentamos algumas diferenças pontuais, e solicitamos que esses pontos fossem retirados, em nome do consenso. Os grupos majoritários optaram por impor uma votação de maioria, e as contribuições foram apresentadas como assinadas pelo conjunto da diretoria.

A partir disso, consideramos justo apresentarmos ao conjunto das (os) delegadas (os) os pontos de divergência, para que fique explícito o que não foi consensual dentro da direção do sindicato.

No ponto de educação e universidade, a grande divergência é sobre a reivindicação de uma Estatuinte Livre e Soberana. Sabemos que essa questão é parte do programa do sindicato aprovado no último congresso, ainda que, naquele momento, tratou-se de algo polêmico. Do mesmo modo, setores do movimento estudantil e a própria Adusp também costumam defender algo semelhante, ainda que com formulações mais mediadas quanto à composição de uma eventual estatuinte.

O que seria uma estatuinte? Seria um fórum, com delegadas (os) eleitos na base, para formular um novo estatuto para a universidade. Nesse momento, poderiam ocorrer alterações mais profundas na estrutura de poder de universidade.

Consideramos que caso algo do tipo ocorra, seria um avanço democrático, sem dúvidas. O problema é termos isso como uma reivindicação do movimento como se fosse uma alternativa à atual estrutura de poder antidemocrática da Universidade.

É importante lembrarmos que a própria reitoria, em momentos de crise de legitimidade, já chegou a aventar essa possibilidade. Inclusive, após a ocupação da reitoria e grande greve realizada em 2007, foi aprovado pela reitoria um congresso das 3 categorias com esse caráter. Ou seja, longe de ser uma reivindicação que se contraponha frontalmente à estrutura de poder, trata-se de uma salvaguarda da própria estrutura para momentos de crise. É o famoso “vão-se os anéis, ficam-se os dedos”.

Nesse sentido, mais relevante que defendermos fórmulas institucionais como uma alternativa de poder dentro da universidade (ainda que com o termo livre e soberana) o mais importante é fortalecermos os nossos próprios espaços de organização, como as reuniões de unidade, assembleias. E, fundamentalmente, nos momentos de luta é que avançamos e podemos realmente colocar em xeque a estrutura de poder da Universidade, a partir das greves, piquetes e comandos de luta, especialmente quando estes se constroem em unidade com estudantes e docentes.

Por isso não defendemos a consigna de Estatuinte Livre e Soberana. Propomos, por um lado, defender sim a derrubada de toda a estrutura de poder arcaica da universidade. E, por outro lado, fortalecer nossos próprios organismos de luta, que podem se converter efetivamente como uma alternativa à atual estrutura de poder da universidade.

Assinam:

Diretores do Sintusp:

Felipe Costa Sunaitis (FFLCH)

Reinaldo Souza (FE)

Cdbista:

João Borgui (FFLCH)

Contribuição 7

Contribuição da Diretoria EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Considerando que:

A Educação vem sendo precarizada em todos os seus níveis (Infantil, Fundamental e Médio e Superior) a muitos anos em todo país. Nos anos 90 era parte fundamental das medidas recomendadas pelo FMI e o Banco Mundial o corte de orçamento público para a Educação entre outras áreas, o que foi rigorosamente cumprido pelos governos Collor, Itamar Franco, FHC e depois por Lula (que criou o Pro-Uni e o Reuni fazendo da educação superior privada um nicho ainda mais lucrativo para os empresários da educação) e Dilma que foi responsável pela aprovação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação. Com a aprovação do Teto de Gastos em 2016 os cortes na educação foram aprofundados e a realidade das educadoras, educadores e da população piorou drasticamente em todo país. Já no primeiro semestre de seu governo Lula e Alckmin mantiveram a política de ajustes aprovando um novo corte de R\$ 1,7 bilhão do orçamento que atingiram as áreas de saúde e educação, cortes esses seguidos de um novo bloqueio no segundo semestre de 2023 da ordem de R\$ 452 milhões a menos para a saúde e R\$ 333 milhões na educação de maneira que apenas em um ano foram são R\$ 3,2 bilhões bloqueados. Esses entre outros cortes são parte de uma política de austeridade do governo federal para garantir o pagamento da dívida pública. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas encaminhou à ALESP no ano passado uma PEC para reduzir o orçamento da Educação no Estado de 30% para 25%, cortando R\$ 9 bilhões da educação. Atualmente fazem parte da pasta do MEC representantes dos interesses privados como a Fundação Lehmann, o Todos pela Educação, Itaú Social, entre outros setores que defendem a privatização da educação, tratando esse direito básico de toda população como mercadoria. Somente na última década o orçamento federal para o ensino superior e ciência no país diminuiu R\$ 117 bilhões segundo dados do Observatório do Conhecimento, baseados em informações do próprio Ministério do Planejamento. O resultado de todas essas medidas é o aprofundamento da precarização nas condições de trabalho, de ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil nas escolas e universidades em todo país, bem como no atrelamento cada vez maior das pesquisas das universidades com os interesses do mercado e a explosão das universidades e centros universitários privados no país. O governo Lula-Alckmin vem mantendo o Novo Ensino Médio apesar do seu caráter precarizante na educação dos jovens e adultos nas escolas públicas por todo país. Mas não só, também são pontos de apoio da aprovação de outras medidas que submetem o conteúdo ensinado nas escolas aos interesses do mercado de trabalho, hoje profundamente marcado pela terceirização e pela uberização através da manutenção de Reformas como a Trabalhista e da Previdência a Lei da Terceirização Irrestrita, entre outras medidas. No caso das universidades estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP), responsáveis por uma parcela considerável da produção científica nacional, a atual gestão Carlotti-Maria Arminda vem avançando na implementação do projeto privatista de universidade defendido nas gestões anteriores por Marco Antonio Zago, Rodas e Vahan. O projeto USP Inovação é a continuidade do mesmo projeto privatista que levou a reitoria da USP e o Conselho Universitário a aprovarem os Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira em 2017 sob forte repressão aos trabalhadores e aos estudantes. O projeto privatista e elitista de universidade que vem sendo implementado pela atual reitoria contribui justamente para a “aproximação da universidade do mercado” lema tão caro a Tarcísio de Freitas, que não por acaso nomeou o ex-reitor Vahan Agopian para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Por tudo isso nosso sindicato vem debatendo com os trabalhadores, estudantes e professores a importância de nos unificar para lutar em defesa da educação pública não apenas nas universidades estaduais paulistas, mas apoiando a luta das educadoras e educadores nacionalmente como as greves dos educadores e servidores públicos municipais de São Paulo-SP, dos professores de Contagem e Uberlândia-MG, além dos servidores municipais de Florianópolis e a importante greve dos trabalhadores das universidades federais.

Propomos:

1) Lutar em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica, autônoma e com acesso universal. Por uma universidade a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo pobre!

2) Lutar por uma Estatuinte Livre e Soberana que discuta democraticamente o funcionamento da Universidade, dissolvendo esse órgão autoritário que é o CO, e colocando em seu lugar um organismo realmente democrático, que fortaleça a aliança e unidade de trabalhadores efetivos e terceirizados, estudantes e professores, com a maioria estudantil.

3) Lutar pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.

4) Lutar pela revogação do Marco Legal da Ciência e Inovação e pela revogação do Novo Ensino Médio, contra os cortes à Educação e pela revogação do Arcabouço Fiscal!

5) Manifestar todo apoio à luta contra a precarização na educação básica e superior nacionalmente. Abaixo as demissões em massa dos professores categoria O na rede estadual por Tarcísio. Igualdade de salários e direitos e efetivação sem concurso dos professores temporários e precarizados assim como de todos os terceirizados e contratados.

6) Lutar em defesa de todos os lutadores! Pela reintegração de todos os demitidos políticos: Brandão, Alexandre e Givanildo, e a retirada de todos os processos contra os lutadores. Abaixo a perseguição aos estudantes. Reintegração plena e definitiva de todos os metroviários e de Mancha.

7) Lutar em defesa das cotas étnico-raciais (para ingresso nas universidades, concursos públicos para funcionários e professores) e pelo fim do vestibular. Lutamos por mais verbas para a educação pública e pela estatização sem indenização dos grandes monopólios de ensino privado.

8) Pela unidade da classe trabalhadora: Abaixo a terceirização, pela efetivação imediata de todas e todos os trabalhadores terceirizados sem necessidade de concurso público. Igual trabalho, igual direito e igual salário! BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas!

9) Lutar pela contratação imediata de funcionários efetivos na USP! Contratação de professores para todos os cursos. Permanência estudantil para todos os estudantes que necessitam!

10) Lutar em defesa do HU, CESEB e pela revogação da desvinculação do HRAC-Bauru (Centrinho); por contratação imediata de funcionários efetivos para todas as áreas do hospital. Contra as OSs e Fundações como a FAEPA e Fundação Faculdade de Medicina que precarizam o trabalho e o atendimento à população;

11) Lutar contra o assédio moral, o banco de horas e a compensação das horas de pontes e do recesso;

12) Lutar contra o arrocho salarial, reposição de todas as perdas salariais e reajuste mensal dos salários e dos vales de acordo com a inflação! Lutar pela isonomia salarial nas três universidades estaduais paulistas!